

Quilombolas têm terras de volta

Descendentes do quilombo Riacho das Pedras, na Bahia, recebem o reconhecimento do domínio de sua área

Da Redação

Diz o artigo 68 das Disposições Transitórias da Constituição Federal de 1988: "Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos". Pois 111 anos depois de assinada a Lei Áurea de Libertação dos Escravos, a comunidade de Riacho das Pedras tem o direito legal de usufruir de suas terras.

Formada por descendentes de escravos fugitivos e encravada nos vales entre a Serra das Almas e do Malhado, a cerca de 15km da cidade de Rio de Contas, sul da Chapada Diamantina, a área de 1.339 hectares é a quinta a ter direito à titulação de suas posses. Ao todo são 724 comunidades que vivem em terras do Estado ou propriedades particulares à espera de regulamentação por meio da Fundação Cultural Palmares, órgão que é vinculado ao Ministério da Cultura.

Pioneiras, as comunidades Curiaú, no Amapá; Mangal, na Bahia; Campinho da Independência, no Rio; e Itamaorai, no Pará, receberam o título de reconhecimento de área em novembro deste ano. Ao todo, a Fundação estima que existam 80 mil descendentes de escravos morando em quilombos remanescentes em 13 estados brasileiros. De todas as áreas identificadas até agora, somente 29 das 724 lutam na justiça para ter reconhecidos seus direitos.

Dentre elas estão as comunidades de Rio das Rãs, que pede a desapropriação de 23 mil hectares no município de Bom Jesus da Lapa, Bahia, e os Kalungas, que há 200 anos ocupam

237 mil hectares ao nordeste de Goiás. Desde 1996, Rio das Rãs espera por sua titulação. São 27 mil hectares de caatinga na margem direita do rio São Francisco.

TERRAS INEGOCIÁVEIS

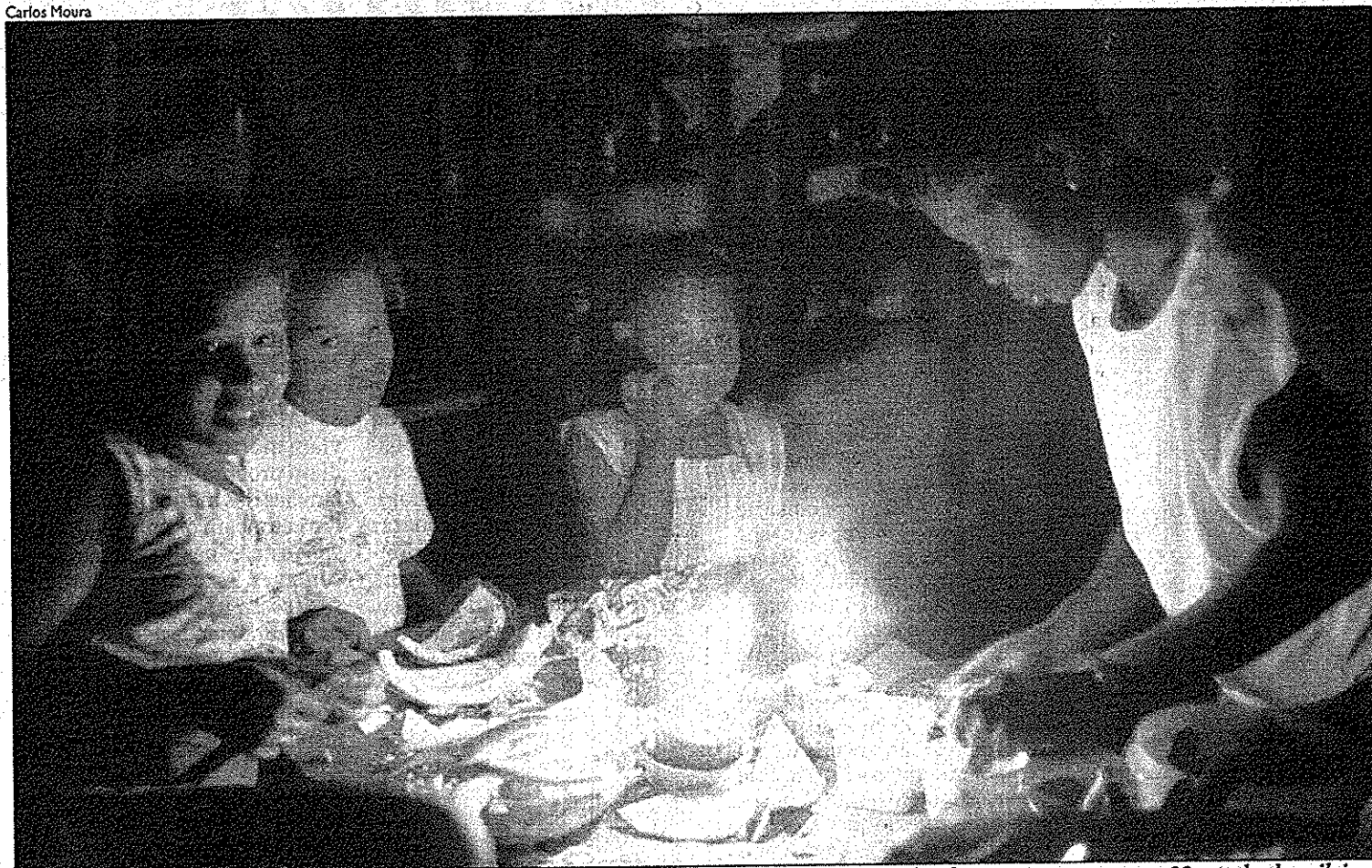
O destino das terras concedidas à comunidade de Riacho das Pedras é a agropecuária, agroindústria, atividades de preservação do meio ambiente e culturais. No contrato de titulação existem cláusulas que proíbem a negociação das terras para venda ou aluguel. Com a posse legal das terras, os descendentes de escravos terão direito a créditos de financiamento para plantio e programas governamentais.

Para receber a posse definitiva das áreas, as comunidades têm que obedecer aos procedimentos de identificação, estudo antropológico, delimitação topográfica, levantamento cartorial e demarcação. Somente após essas etapas cumpridas, o que pode durar mais ou menos de cinco a oito anos, o título de reconhecimento de domínio é entregue às comunidades.

O trabalho de identificação e reconhecimento de terras de quilombos remanescentes começou a ser feito em 1995 pela Fundação Palmares. Somente no ano passado, o presidente Fernando Henrique Cardoso assinou uma Medida Provisória que atribui à Fundação a regulamentação das áreas.

A entrega do título à comunidade Riacho das Pedras foi feita pelo governador da Bahia, César Borges (PFL), e pela presidente da Fundação Palmares, Dulce Maria Pereira. O título é coletivo e ficará em nome da Associação de Desenvolvimento Comunitário Rural de Barra do Brumado.

Carlos Moura



Comunidade do Rio das Rãs, na Bahia: são 80 mil descendentes de escravos morando em quilombos remanescentes em 13 estados brasileiros

PARA SABER MAIS

REFÚGIO PARA ESCRAVOS

Quilombos eram as aldeias onde se concentravam escravos que fugiam das fazendas, minas e casas de família. Para não serem encontrados, escondiam-se nas matas e nos lugares mais inacessíveis, como grutas e alto de montanhas. As pequenas aldeias também eram chamadas de mocambos e os maiores quilombos eram formados por vários mocambos.

Seus habitantes, os quilombolas, tentavam se organizar política e economicamente de forma semelhante às nações ou tribos de onde vinham. A convivência,

apesar de pacífica, era difícil, pois em um mesmo lugar moravam negros de diversas origens africanas, mestiços brasileiros e até índios das redondezas.

As terras dos quilombos eram consideradas bem comum, onde cada indivíduo ou família cultivava. Alguns desenvolviam um variado cultivo de gêneros alimentícios, combinado com a criação de animais. Isso era bem raro no Brasil colonial, onde as terras eram quase todas destinadas às grandes plantações de cana-de-açúcar e fumo. Por investirem na diversidade,

alguns quilombos ficaram muito ricos e chegavam a manter comércio com vilas próximas.

Embora procurassem-se ficar em lugares longínquos, os quilombolas visitavam regularmente, às escondidas, as fazendas onde eram escravos. O objetivo era buscar mulheres e incentivar outros negros à fuga. As autoridades organizavam várias expedições para acabar com os quilombos. A princípio, o objetivo era recuperar escravos. Mas ao ver a riqueza e desenvolvimento de muitas áreas, os brancos organizavam ataques

para saquear e tomar as terras.

O Quilombo dos Palmares foi o mais importante de todos, não só pelas proporções de área — que hoje pode ser associada a uma parcela dos estados de Alagoas e Pernambuco — mas pela resistência a 17 ataques de bandeirantes e fazendeiros. Ele durou dos primeiros anos do século 17 até o ano de 1695. Ganga Zumba foi o primeiro líder dos quilombolas de Palmares. Mas foi Zumbi, que morreu em combate, que eternizou o quilombo com o mais importante da história.